



9
1

Reunião pública – Ata n.º 27/2016

Data 2016-10-24

Início 14.31 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 17.14 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques entrou no decorrer do período de antes da ordem do dia. -----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 -----

BALANCETE -----

N.º 01 – VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ELEIÇÃO DO ENGENHEIRO ANTÓNIO GUTERRES PARA SECRETÁRIO-GERAL DA ONU (29/PPSR/DAJA/2016) -----

N.º 02 – CONTRATO DE URBANIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANO DE PORMENOR DOS PEGÕES (4613/ENTE/DAJA/2015 - 15/INSTGT/DOGT/2013 e 6568/ENTE/DAJA/2016 - 15/INSTGT/DOGT/2013) -----

N.º 03 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SMAS DE TOMAR PARA O ANO DE 2017 (6837/ENTE/DAJA/2016 - 1/ENTEXT/PR/2013) -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 04 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (24/PPSR/PR/2016) --



- N.º 05 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (23/PPSR/PR/2016)-----**
PROPOSTAS DO SENHOR VEREADOR RUI SERRANO: -----
- N.º 06 – DESENVOLVIMENTO DE INCUBADORA DE EMPRESAS NA CASA DOS CUBOS - TOMAR CRIATIVA (26/PPSR/DAJA/2016 - 90/DIVER/DAJA/2016) -----**
- N.º 07 – REABILITAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA – ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO PORTUGAL 2020 (27/PPSR/DAJA/2016 - 90/DIVER/DAJA/2016) -----**
INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----
- N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 (36/PPRC/PR/2016) -----**
EQUIPA DE PROJETO TOMAR HABITA:-----
- N.º 09 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA - ESTUDO FUNDAMENTADO DE ESTACIONAMENTO (1/JUEL/EPTH/2016 - 2/ESCOL/EPTH/2015) -----**
- N.º 10 – PROJETO DE EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA (6511/ENTE/DAJA/2016 - 2/ESCOL/EPTH/2015) -----**
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----
- N.º 11 – PROJETO DE REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DE TROÇO DO AQUEDUTO DOS PEGÕES EM TOMAR (6814/ENTE/DAJA/2016 - 20/EDIPUB/DOM/2013) ----**
- N.º 12 – ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR (235/PGEN/DOM/2016 - 2/PQEST/DOM/2013)**
- N.º 13 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA EN110, TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA MARIA DE LOURDES MELLO E CASTRO/RIT (TOMAR) E O NÓ DO IC9 (VENDA NOVA) – revisão de preços (60/EMPR/DOM/2016)-----**
- N.º 14 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA EN110, TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA MARIA DE LOURDES MELLO E CASTRO/RIT (TOMAR) E O NÓ DO IC9 (VENDA NOVA) - Conta de empreitada corrigida (61/EMPR/DOM/2016)-----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 15 – TOPONÍMIA – ATRIBUIÇÃO DO TOPÓNIMO RUA FONTE DE MARMELAIS DE CIMA A ARTÉRIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BATISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS (6594/ENTE/DAJA/2016 - 228/EDIF/DGT/2015) -----**
DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----



Q
1

N.º 16 – OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM BILHETEIRA - isenção de taxas
(6762/ENTE/DAJA/2016 - 76/AUTLIC/DAJA/2016) -----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 17 - APOIO DOS BOMBEIROS AO CAMPEONATO REGIONAL DE SLALOM- Grupo
Desportivo da Nabância (6576/ENTE/DAJA/2016)-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 18 – PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE 2016-2017
(19/PPSR/UISE/2016 - 12/PROJPAR/DEAS/2013) -----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DE COURTS DE SQUASH DO COMPLEXO DESPORTIVO
MUNICIPAL – BARBUS, Clube de Squash do Vale do Tejo (6363/ENTE/DAJA/2016 -
1/CEDESP/UDJ/2015) -----

N.º 20 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA – Associação
Nacional de Artes Marciais (6303/ENTE/DAJA/2016 - 10/CEDESP/UDJ/2014) -----

EXPEDIENTE:-----

N.º 21 – PROPOSTA DE TURNOS DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO DE TOMAR PARA
2017 (6617/ENTE/DAJA/2016 - 26/DIVER/DAJA/2016) -----

N.º 22 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AMEGA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
PARA ESTUDOS E GESTÃO DE ÁGUA (5287/ENTE/DAJA/2016 - 26/ENTEXT/PR/2013) -----

Sendo catorze horas e trinta e um minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou
aberta a reunião e, na ausência de público para atendimento, deu início ao “Período
de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

O Sr. Vereador Bruno Graça prestou breve informação sobre a edição deste ano da Feira de Santa Iria, sem prejuízo da apresentação do relatório e contas em próxima reunião: a receita será sensivelmente igual à de dois mil e quinze, assim como a despesa, que poderá até ser um pouco menor; pelo terceiro ano consecutivo, a feira não tem défice, é autossustentada e consegue não onerar a Câmara Municipal; ocorreram algumas estreias de vendedores e divertimentos, com quem conversou, para auscultar opiniões sobre o certame, recolhendo algumas sugestões que pensa possíveis de implementar, em futuras edições, e que poderão melhorar mais o ambiente do espaço coletivo, como é o caso de alguma animação no recinto da feira, a par da animação em palco; na animação cultural, houve um aumento substancial de público nos diferentes espetáculos (só um dos dias teve pouca gente; nos restantes o recinto esteve sempre praticamente cheio, algumas vezes esgotado, e completamente esgotado).-----



Nesta altura, passou a participar na reunião o Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça continuou a prestar breve informação sobre a edição deste ano da Feira de Santa Iria: não teve reporte pela PSP ou pela PROSEGUR de nenhuma anomalia em termos de distúrbios e/ou violência; quem lá esteve diariamente tem a ideia que, na generalidade dos dias, o número de pessoas presentes foi superior ao ano passado; no sábado, entre as vinte e três e trinta e a meia noite, ocorreu uma situação que, não sendo agradável, não têm capacidade para evitar, causada por uma rajada de vento que percorreu a rua onde estavam os automóveis e as barraquinhas, as quais tombaram, de que não resultaram quaisquer acidentes pessoais ou prejuízos materiais, até porque já não estava lá praticamente ninguém.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro começou por referir que, em reuniões anteriores, os Vereadores do PSD já manifestaram a sua posição sobre a feira de Santa Iria, porque entendem que o modelo adotado pela governação PS/CDU está errado. Sublinhou que se pode ver a feira de uma forma mais economicista, tendo em vista o lucro, mas este é relativo; uma coisa é a perspetiva do lucro para os cofres da autarquia e outra a perspetiva do lucro para o concelho de Tomar, para o Município e para os comerciantes. Referiu que cá estarão para, no futuro, discutir novamente esse modelo e, eventualmente, se estiverem no poder, como esperam estar, no ano que vem, poderem adotar uma estratégia diferente nos destinos do concelho de Tomar, e também da feira de Santa Iria. De seguida, referiu-se à pseudo inauguração, do pseudo serviço de medicina interna que terá vindo para Tomar, que ocorreu na passada quinta-feira, onde os Vereadores do PSD não estiveram presentes, porque entendem que a saúde não deve ser usada como meio de propaganda, e parece-lhes que o que o Sr. Ministro veio fazer a Tomar foi já uma operação de propaganda tendo em vista as eleições do próximo ano. Salientou que não podem dizer, e este órgão não poderá aceitar, que temos em Tomar um serviço de medicina interna porque não temos; o que, neste momento, temos é uma enfermaria de vinte e duas camas, deslocada de Abrantes para Tomar; mais não foi do que a transferência de um serviço, daí não perceberem a pompa e circunstância que foi feita naquela inauguração. Sublinhou que está previsto no despacho número vinte e três barra oitenta e seis, publicado no Diário da República, em cinco de maio daquele ano, que, para um serviço de medicina interna funcionar minimamente terá que ter, no mínimo, sessenta camas; daí os Vereadores do PSD apresentarem hoje uma proposta para que a Câmara Municipal delibere manifestar ao Sr. Ministro da Saúde que é necessário dotar o Hospital de Tomar com



um verdadeiro serviço de medicina interna, nos termos ali previstos. Apresentam ainda uma proposta para que este órgão delibere interpelar o Sr. Ministro da Saúde se é intenção do Governo Central fazer regressar o serviço de urgência médico-cirúrgica ao Hospital de Tomar e, se a resposta for positiva, para quando está prevista a instalação desse serviço, pois os Vereadores do PSD entendem que estas duas valências terão que estar em complementaridade; a urgência médico-cirúrgica foi uma promessa deste Governo PS, apoiado pela esquerda, CDU e BE, e ainda continuam à espera. Realçou que, na passada segunda-feira, estiveram aqui reunidos e que, conhecendo o Vereador Bruno Graça como já conhece, há muitos anos (foi colega de profissão dos seus pais e seu vizinho, sendo pessoa por quem até nutria alguma admiração, pelo poder reivindicativo que tinha, quer como dirigente associativo, que foi durante anos, quer na sua vida política e partidária) pensou que a conferência de imprensa da CDU podia ser sobre o Hospital, para dizer que era transferida uma enfermaria do serviço de medicina interna, de Abrantes para Tomar, mas a CDU iria continuar a lutar e a estar atenta para que o Hospital Nossa Senhora da Graça fosse dotado do serviço de medicina interna; mas eis que, para seu espanto, foi contactado por uma jornalista da radio Cidade de Tomar que lhe deu a conhecer a posição da CDU de que o PSD, os IpT e o Vereador Rui Serrano estão unidos numa coligação para destruir a Câmara, mas sem qualquer substrato, sem fazer o ónus da prova, pois, se alguém alega tem que provar, tem que dizer com que base é que está a fazer determinadas alegações. Perguntou ao Sr. Vereador Bruno Graça porque é que pensam assim, onde é que está aqui uma coligação negativa para destruir o executivo. Disse que, pelo que ouviu das declarações dos membros da CDU, a conclusão a que podem estar a chegar é que há uma coligação negativa da parte desta, não para destruir o executivo, mas para destruir o Concelho de Tomar. Salientou que estão num órgão onde podem discutir abertamente as questões, é aqui que devem fazê-lo, e pediu que seja apontado um dado concreto de que estão aqui com vontade de destruir algo. Referiu que, se não concordam, os Vereadores do PSD apresentam propostas, que são aprovadas ou não, e não podem deixar passar em claro esta questão; têm que dizer, cara a cara e olhos nos olhos, perentoriamente, que não aceitam as críticas feitas pela CDU. Reiterou o que disse junto da radio e do jornal Cidade de Tomar: não venha a CDU com fait divers para tentar agora justificar aquilo que, ao fim de três anos não fez, e que prometeu que fazia, tentar mandar areia para os olhos. Salientou que isto mais não é do que um fait divers contra aquilo que a CDU adjetivou de uma coligação para destruir o executivo, mas sem dar fatos concretos para justificar o que diz. Perguntou se o fato de apresentarem propostas é destruir pois, se assim



for, a Sra. Presidente escusa de trazer muitos assuntos à reunião, aprova-os por si e vêm aqui para ratificar; se é isso que a CDU quer, estamos muito mal porque não é isso o exercício do mandato e o exercício do poder democrático para o qual foram eleitos, e os Vereadores do PSD sentem-se claramente ofendidos com essa acusação por parte da CDU, que consideram completamente injusta e infundada.-----

Por último, **o Sr. Vereador João Tenreiro apresentou o seguinte requerimento** em nome dos Vereadores do PSD: -----

“PRETEXTO-----

Questionar a coligação PS/CDU, em governação na Câmara de Tomar, relativamente a inúmeros contratos de aquisição de bens e serviços pelo Município de Tomar-----

APRESENTAÇÃO-----

Tendo os vereadores do PSD conhecimento, de inúmeros contratos de aquisição de bens e serviços adjudicados pela Autarquia, solicitamos informação por escrito sobre a necessidade de se fazer essas contratações/aquisições:-----

1. Serviços/Bem - Aquisição de serviços de natureza jurídica sobre a cedência de parcela de terreno ao Centro de Assistência Social de Tomar;-----

1.1. Empresa Adjudicada - Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva — Sociedade de Advogados RL, S.A;-----

1.1.1. Valor —7600€; -----

1.1.1.1. Fundamentação — Tendo o Município de Tomar um Gabinete Jurídico composto por cinco técnicos superiores que de acordo com a informação do quadro de pessoal do Município, “Exercem, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação avaliação, e aplicação de métodos e processas de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, incumbindo genericamente: representar e defender o município em todos os pleitos judiciais em que seja parte ou interessado; emitir pareceres sobre assuntos de interesse para o município ou sobre a este dirigido; colaborar na codificação dos regulamentos e posturas municipais e na elaboração de petições dirigidos pelo município ou poderes públicos; proceder ao estudo dos diplomas legais e a sua repercussão na vida do município; executar outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços”, uma advogada sindicada no Município e outra nos SMAS, não nos parece que seja necessário recorrer a Contratos de Prestações de Serviços Jurídicos,



9
1

pelo que solicitamos toda a informação por escrito da necessidade existente na referida contratação; -----

2. Serviços/Bem - Aquisição de serviços de higiene, limpeza e apoio ao funcionamento das instalações desportivas municipais e espaços de jogo e recreio; -----

2.1. Empresa Adjudicada - Gesinserde, Gestão e Inovação nos Serviços Desportivos, Lda; -----

2.1.1. Valor —207000€;-----

Fundamentação — Tendo o Município uma estrutura que elabora a grande maioria dos serviços de higiene em todo o Concelho e atendendo ao facto de existirem 15 lugares para preencher no quadro de pessoal do Município, não nos parece, que esta opção seja a mais vantajosa para a Autarquia, pois a título de exemplo, se a Autarquia contratar 5 Assistentes Operacionais, terá um custo total de 157 128,30€ com custos com pessoal, ou seja, teremos aqui um remanescente de 97 481,70€, que poderão servir para fazer outros investimentos em equipamentos de manutenção ou em produtos de manutenção/limpeza;-----

3. Serviços/Bem - Aquisição de serviços para Revisão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado; -----

3.1. Empresa Adjudicada - GIPP - Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, Lda -----

3.1.1. Valor —75030€; -----

3.1.1.1. Fundamentação — Como é do conhecimento de V.^a Exc.^a, o Município conta com 12 Técnicos Superiores Licenciados em Engenharia Civil, a que devemos juntar mais 6 Técnicos Superiores Licenciados em Arquitetura, o que perfaz um total de 18 Técnicos capazes de formar uma equipa capaz de produzir em tempo útil a Revisão do Plano de Pormenor do Flecheiro e do Mercado. -----

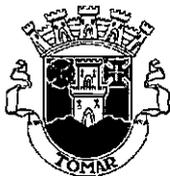
Há que acrescentar, que temos ainda o Instituto Politécnico de Tomar, que tem nos seus quadros, Técnicos perfeitamente capazes de auxiliar toda a Equipa que poderia ser formada para tal.” --

A Sra. Presidente disse que percebe que queiram desvalorizar a questão do regresso da medicina interna à Unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo, e lamenta que os Srs. Vereadores do PSD não tenham podido (ou querido) estar na passada quinta-feira, porque poderiam ter ouvido o testemunho da equipa que veio de Abrantes para Tomar e também o testemunho de alguns doentes, por finalmente estarem a ser tratados na sua terra. Salientou que, sendo verdade que o despacho referido pelo Sr. Vereador indica as sessenta camas para se ter um verdadeiro serviço de medicina interna, é preciso não esquecer, porque também é verdade, que aquele número de camas é por entidade hospitalar e o Centro Hospitalar do Médio Tejo tem três unidades espalhadas no território. Sublinhou que, entre o nada (que era o



que havia) e o que se deixou sair de Tomar, e o regresso da medicina interna, deve ser louvado aquilo que está a ser conseguido, com o trabalho de todos. Afirmou que ninguém quer perder de vista a urgência médico-cirúrgica, mas o trabalho e os passos que têm sido dados têm que ser valorizados, pois, como é sabido, andam nesta luta desde o início deste mandato, e nunca houve abertura por parte do anterior Governo para tentar resolver esta questão, enquanto que, agora, até foram mais longe do que estava a ser reivindicado, com a vinda do TAC até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, para dar sustentabilidade ao serviço de medicina interna e a uma possível urgência médico-cirúrgica. Realçou que não se podem esquecer que perderam a medicina interna e a têm de novo, nem os testemunhos das pessoas daqui que estão internadas e que finalmente estão a ser tratadas na sua terra. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques pediu desculpas pelo ligeiro atraso, ocasionado pela procura de estacionamento, observando que só alguns estacionam no parque, outros têm que pagar para o fazer. Esclareceu que avisou previamente que não podia estar na cerimónia que teve lugar no Hospital, pelas quinze horas e trinta minutos, porque tinha um compromisso profissional inadiável marcado para as dezasseis horas. Referiu que, como é dito há muitos anos, claramente, o grande problema do Hospital de Tomar é ter sido criado o Centro Hospitalar do Médio Tejo; e parte do princípio que vão ficar vinte e poucas camas em cada unidade hospitalar pois, se assim não for, terão que concluir que o Hospital de Abrantes é potencialmente beneficiado em relação aos outros. Salientou que é urgente terem a urgência a funcionar como deve ser pois, há menos de uma semana, acompanhou ao Hospital de Tomar uma pessoa que faz quimioterapia mensalmente, a qual deu entrada cerca das dezoito horas e trinta minutos, foi atendida cinco horas depois e saiu às duas horas do dia seguinte, para além de que quem estava na triagem, com aquela postura não devia estar a falar com doentes; é esta a realidade que têm, são estes os fatos concretos (com certeza, se o Sr. Ministro tivesse o azar de cair aqui era logo atendido; se tivesse algum familiar seu a esperar cinco horas, se calhar, o problema já estava resolvido). Defendeu que não se pode nem deve fazer propaganda, seja de que forma for, partidária ou não, com a questão da saúde, e espera que não se faça. Referiu que estava à espera que a CDU falasse nisso, mas, claramente, limitou-se a tentar encontrar bodes expiatórios para o seu fracasso; não sabe quem é o Octávio, mas acha que é o homem que alinhavou estas coisas, para depois virem dizer que obstaculizam. Perguntou o que é que obstaculizam, qual foi a situação que aqui obstaculizaram, sublinhando que o grande problema é que, para a CDU, o vinte cinco de abril tinha que ser outra realidade que não esta, porque tudo aquilo que não for de acordo com o seu modo de governar (que é



g
M

em ditadura) ... se para a CDU fazer oposição é ter outras ideias ou apresentar propostas ou não estar de acordo com as suas ideias, então que seja! Salientou que, na Assembleia, onde não têm maioria para aprovar, nunca se recusaram a dialogar para tentar chegar a um acordo, pelo que não percebe esta situação, ou percebe que estão a um ano de eleições e é preciso arranjar bodes expiatórios e levantar falsas questões (mesmo a questão de ter retirado uma proposta, era o que faltava não o poder fazer, era o que faltava não poder apresentá-la, porque a proposta era tão legítima como aquela que delegou as competências na Sra. Presidente). Questionou se alguma vez o viram reagir mal quando alguma proposta sua não foi aprovada, e foram tantas, como a do Mercado; não disse mais nada e não voltou a apresentá-la porque, em democracia, é assim mesmo; ao que parece, a CDU é que não está habituada a viver em democracia porque levantou questões ... "uns trabalham", mas também trabalha, para aquilo que tem legitimidade para trabalhar - falando com a Sra. Presidente, ou com os Presidentes anteriores, poderão dizer quantas vezes se recusou a vir à Câmara para dialogar sobre o que quer que fosse. Disse que obstaculizar é o que vai acontecer na coligação, ou acordo, porque a CDU vai querer demarcar-se; agora, tentou que fossem eles o bode expiatório, mas, mais tarde, vai ser o PS e a Sra. Presidente, porque não deixou ou por um motivo ou outro, sendo certo que o que a CDU não fizer é por incapacidade; já cá passou, trabalhou com gente com pelouros nas áreas da higiene e limpeza e dos jardins e espaços verdes (talvez o Vereador Bruno Graça entenda que, se calhar, não tem chefias intermédias à altura para desenvolver o trabalho mas nunca a cidade esteve tão suja nem nunca houve tantos problemas nos espaços verdes como há agora; há quem ande a tentar queimar as ervas em canteiros com árvores e aplica o produto de tal forma que queima as raízes das árvores; esta é uma realidade que se constata no dia-a-dia); e a CDU terá com certeza saudades do Rosa Dias, mas muitas saudades, porque não são pelouros de gabinete, o vereador tem que andar no terreno (para si, é evidente, e não vê que aconteça). Sublinhou que, na Assembleia Municipal, tem que estar calado e é aqui que tem que discutir as questões com o Sr. Vereador Bruno Graça, porque este interveio, porque, se não o tivesse feito, se calhar, nem sequer respondia à CDU (não lhe merecia consideração para fazer uma conferência de imprensa para responder), acha que as pessoas não se deixam enganar, sabem muito bem o que é que a CDU tem prometido e o que é que tem feito, e não tem dúvidas que a CDU vai dizer que não fez porque não deixaram, mas, se assim for, não foram eles, que nem limitaram nenhuma competência. Garantiu que, se for preciso, daqui amanhã, trará cá a proposta e a mesma será votada; para já, a Sra. Presidente disse que vai passar a trazer as informações



9

semanalmente, e é isso que pretende, sendo certo que, contrariamente ao que ouviu dizer por aí, se a proposta tivesse sido votada e aprovada, as competências em termos de tramitação processual continuariam a ser da Presidente e dos Vereadores em quem subdelegou, só a decisão era do órgão executivo. Sublinhou que nunca os ouviram dizer o que quer que fosse quando a Sra. Presidente alterou as competências que alterou, quando tirou a vice-presidência ao Vereador Rui Serrano, sendo certo que, agora, a entrevista da CDU foi tão importante para o concelho que teve direito a primeira página; quando o Vereador Rui Serrano perdeu a vice-presidência, e os pelouros, não teve direito a nada disso; nesse aspeto, a propaganda foi feita e estão de parabéns, mas tem a certeza que foi inócua porque, como disse, e bem, o Vereador João Tenreiro, não houve substância. Pediu ao Vereador Bruno Graça que diga aqui qual foi a situação que obstaculizaram, até porque, para já, não tinham poder para o efeito, nem nunca foi essa a sua prática; nunca houve um acordo para obstaculizar, mas, se houvesse, era tão legítimo como o do PS/CDU; é preciso saber viver em democracia; se eles podem fazer o acordo que quiserem e está bem (e é legítimo), se os outros o fizessem não era? Acha que deve haver algum bom senso; sabe que vem aí um ano muito difícil e não deixa de ser curioso que digam que estarão solidários até ao dia anterior às eleições, seja qual for o dia; quererá registar se até ao tal dia dez de outubro a solidariedade que existe na coligação se mantém ou não, ou se a CDU vai tentar arranjar bodes expiatórios, que é o que já começou a tentar fazer, e não tem dúvidas que vai continuar a fazer, com toda a legitimidade, porque em democracia é assim, mas não acusem os outros de algo que não existe, apontem fatos, porque, se o fizerem, discutem-nos; assim está sujeito a propaganda barata vinda da CDU e, como já disse, já lá vai o tempo do PREC, das reuniões para discussão de estratégias e teorias, marxistas ou não, já não é tempo disso, realidade é outra; as pessoas alimentam-se é de desenvolvimento económico e de questões sociais, não de fait divers e de bodes expiatórios; quando a chegar a campanha eleitoral, lá estarão para o combate político. Destacou ainda a questão que foi levantada de o Pedro Marques andar à procura de protagonismo mas sem dizer porquê; não anda nem nunca andou e, brevemente, verão se assim é ou não, haverá fatos que o comprovam; para si, protagonismo é vir aqui, já há três anos, desde que tem o pelouro da saúde, com coisas que, só agora, finalmente, começam a aparecer, porque relatórios escritos do Conselho Consultivo, por exemplo, só viu uma vez, no mandato anterior, produzido pela Graça Costa, quando lá esteve; as informações são aquilo que são, valem o que valem, o que conta são as situações reais e concretas, e o que esperam é que, quando o TAC vier (pena é que não venha a ressonância magnética) haja a urgência médico-cirúrgica a funcionar.



Perguntou à Sra. Presidente se tem resposta à questão que colocou sobre o débito de três euros na fatura dos SMAS e, perante a resposta negativa, referiu que continuará a aguardar pelo esclarecimento. Referiu que há igrejas e capelas no concelho que prestam serviço público de que todos usufruem e têm que pagar tarifa de resíduos, muitas vezes sem fazerem lixo nenhum, sugerindo que seja analisada a possibilidade de colaborar com quem as conserva e preserva concedendo alguma isenção, até porque, se calhar, muitas vezes, até são as Juntas de Freguesia que ajudam a pagar. Por ultimo, alertou para o fato de a máquina do parque de estacionamento não ter capacidade para dar trocos e, mais grave, muitas vezes, o trabalhador que lá está também não ter trocos e dizer às pessoas para deixarem o carro e irem ao café consumir e/ou trocar; sendo um parque da Câmara a Sra. Presidente deve intervir porque não está correto. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça referiu que a situação que o país atravessa deve-se a uma visão e a uma conceção política, social e económica que é própria das outras forças políticas, mas não é própria da CDU; não lhe consta que Setúbal, Palmela ou Benavente estejam em regime ditatorial; pelo contrário, são territórios governados por militantes do PCP, há tantos anos, e não lhe parece que o desenvolvimento desses espaços seja obtido através de alguma ditadura, mas não vai discutir isso porque não é a questão central. No que se refere à questão do Hospital, referiu que, durante muitos anos, a partir de um determinado momento, puderam observar em Tomar a saída de serviços, saiu quase tudo aquilo que dava vigor ao nosso hospital e, que lhe conste, na altura, a CDU, não estava em nenhuma coligação na autarquia de Tomar, nem em nenhum projeto de apoio a um governo do PS, ou de qualquer outro partido; não sabe se o Ministro veio fazer propaganda ou não, como foi dito, mas sabe que cá vieram ministros, secretários de estado e deputados dos partidos que foram retirando as coisas de Tomar, ao longo de muitos anos, e não viu dizerem ou recusarem a presença desses por causa da propaganda. Afirmou que aquilo que lhe interessa, e é realidade, e genuíno, é ver os profissionais do Hospital de Tomar com lágrimas nos olhos por o serviço ter regressado (e viu isso) e ver os doentes daqui, gente conhecida, emocionada, dizer que viram reabrir isto aqui, estavam em Abrantes e agora estão na sua terra (e viu isso também). Salientou que esta opção de centro hospitalar dividido por três cidades não é da responsabilidade do PCP, não foi o PCP que foi Governo ou tomou decisões, mas alguém o fez e, agora, têm que arcar com as consequências dessas decisões. Concorda com o Vereador Pedro Marques quando disse que a solução não foi a melhor e agora têm que a rentabilizar, porque, se calhar, a outra alternativa, como alguém disse, de fechar os três e abrir um novo, é utópica, ao fim de tantos gastos.



g
M

Realçou que o atual Conselho de Administração tem vindo a prosseguir uma estratégia e uma política que tem revertido aquilo que, até agora, era a posição do governo da nação, de retirar coisas do nosso hospital; começaram a chegar algumas coisas a Tomar e vir agora dizer, ou querer entrar em litígio com uma comissão administrativa, que entrou em litígio com o anterior governo, porque já defendia esta política mas tinha que obedecer ao anterior Ministro da Saúde, e agora, tem abertura do atual Governo para acelerar a sua postura de reverter serviços para Tomar, de voltar a ter o que já tivemos, estar agora a criar barreira ao Sr. Ministro, diria que é fazer o jogo do PSD, isso é o que o PSD quereria, que fossem contra este Conselho de Administração, e criassem obstáculos a que eles continuassem, e criassem dificuldades no relacionamento entre o Governo e o Conselho de Administração, mas não vão fazer isso, pelo menos a CDU não o vai fazer; a CDU entende que, neste momento, a política e a estratégia que o Conselho de Administração tem vindo a prosseguir desde que tomou posse, é útil para Tomar (não dizem que é a melhor e que é aquilo que fariam se fossem governo). Salientou que reconhecem que, em Tomar, é preciso a urgência médico-cirúrgica, e a pediatria, que é preciso qualificar e que é preciso mais médicos, é tudo verdade, mas o fato é que, neste momento, a política está a ser seguida no sentido que defendem, e isso tem que ser valorizado e incentivado; têm que dar incentivos continuando reivindicativos e exigindo as coisas, mas no sentido de o TAC vir pois, quando cá estiver, é muito mais fácil a reivindicação a seguir ser satisfeita (a medicina interna veio mas os doentes que necessitem têm que, forçosamente, ir a Abrantes fazer o TAC e voltar); para já, o passinho a seguir é não deixar que o Sr. Ministro volte atrás e que, em fevereiro, o TAC cá esteja; esta tem que ser a estratégia para, depois, poderem dizer-lhe que não há razão para não haver mais isto, aquilo e aqueloutro; esta tem que ser a estratégia que têm que utilizar porque, desde que tomou posse, o Conselho de Administração tem dado mostras de que foi acabando com os tarefeiros (ainda tem mas deu uma machadada nos contratos com as empresas prestadoras destes serviços); trouxe a medicina interna, abriu as portas a pessoal técnico da especialidade, contratou imensos enfermeiros e está a contratar médicos, está a querer acreditar serviços para poder ter internos, há todo um sentido que é completamente oposto àquele que existia até à entrada em funções do atual Conselho de Administração e têm que o apoiar, não cegamente, de maneira crítica, dando-lhe incentivos, demonstrando estar atentos e satisfeitos mas querendo mais; é esse o caminho que consideram correto e têm vindo a fazer; e pensa que, da parte da CDU, é o que vai continuar a acontecer, porque acham que é este o caminho correto. No que se refere à conferência de imprensa, disse que a CDU pode pensar que há uma



tentativa de paralisação da Câmara, não do executivo, e acha que, em democracia, também têm o direito de pensar assim e de dizer às pessoas que o pensam; são as pessoas que podem dizer que não têm razão; assim como os visados têm o direito de achar que não é esse o seu objetivo e que, longe disso, querem tornar a Câmara muito mais eficiente, e têm o direito de o fazer e de o explicar às pessoas, que, depois, dirão quem tem razão. Referiu que aquilo que sentem é que, nas últimas três semanas, concretamente a partir da entrega dos pelouros pelo Vereador Rui Serrano, houve uma inflexão no sentido de reuniões semanais – a questão que se coloca é se vão acelerar a resolução dos problemas do concelho; uns dirão que sim, por isso fizeram a proposta; a CDU entende que não, que, no atual contexto, reuniões semanais não vão dar maior celeridade e eficiência à resolução dos problemas do Concelho (era o que faltava não terem direito a pensar assim, dirá também; os Srs. pensam de outra maneira, como disseram, por isso são de outras forças políticas; a CDU pensa que, neste momento, neste contexto, as reuniões quinzenais são úteis e necessárias e que se podem realizar reuniões extraordinárias sempre que for necessário e se justificar; semanalmente, criam dificuldades de funcionamento à própria Câmara e têm o direito de pensar assim, tal como outros de pensar de outra forma). Pelo que foi dito, questiona: quem defende semanal é democrata? quem defende quinzenal é ditador?, e é óbvio que não acha isso. Reiterou que as reuniões semanais não resolvem efetivamente mais e melhor os problemas do Concelho de Tomar, e a CDU disse-o abertamente, com toda a franqueza. Quanto à proposta do PSD que foi focada, formulada a seguir à entrega dos pelouros pelo Vereador Rui Serrano, a pedir eleições antecipadas, a CDU entende que há três grandes bombas para fazer estas coisas: demissão dos executivos, competências e abandono das reuniões pela maioria dos membros do órgão, que não funcionam por falta de quórum; são as três questões que se podem colocar em cima da mesa para criar grandes alterações, as medidas que podem ser tomadas quando já não há outra coisa a fazer; não entendem reuniões semanais a não ser para invadir mas, depois, não têm consequências porque o concelho em si não vai beneficiar nada; podem vir aqui quinhentas propostas mas, depois, não há exequibilidade para as implementar; têm que saber o que é prioritário no atual contexto e é por aí que têm que ir, discutir quais são as coisas prioritárias (aí, têm toda a liberdade para colocar em cima da mesa algumas propostas prioritárias para poderem alavancar, efetivamente e de vez, o desenvolvimento do Concelho; não é por se apresentarem cinquenta ou sessenta propostas por mês que as coisas de vão resolver; as coisas resolvem-se por encontrar aquilo que é determinante e mais fundamental para alterar a situação do concelho, e para isso está disponível até para fazer reuniões durante um, dois ou



três dias seguidos, para chegar a conclusões; a regularidade semanal não vai criar nenhuma mais valia à resolução dos problemas do concelho de Tomar, assim como a retirada dos poderes à presidente não viria trazer nenhuma mais valia para a resolução dos problemas; pelo contrário iria constangir muito mais o funcionamento normal do Executivo). Salientou que o PSD pediu as eleições antecipadas imediatamente mas, depois, nada mais disse, calou-se, deixou cair imediatamente a proposta, e o Vereador Pedro Marques apresentou a proposta e retirou-a antes da reunião onde seria discutida; claro que têm todo o direito de apresentar a proposta e de a retirar, longe de si querer dizer que não têm esse direito; agora, para coisas tão poderosas, para posições tão extremas, pensa que deveria haver também uma contrapartida, uma explicação para a sua retirada; era assim que poderia ter sido feito para todos entenderem porque é que as propostas apareciam e porque é que eram retiradas; isso não lhes foi dado e, fundamentalmente, o que a CDU disse foi que este tipo de comportamentos, na sua ótica, com toda a legitimidade para o fazer, é prejudicial para a condução de toda a política municipal do nosso concelho; é a opinião da CDU e tem direito a tê-la; pode não ter razão e, se assim for os eleitores, certamente, a castigarão e reduzirão a zero. Afirmou que, quanto ao resto, o comportamento da CDU tem sido sempre claro, disseram o que tinham a dizer ao PS quando aceitaram os compromissos – confidenciou que, na altura, referiram que lhes estavam a dar pólvora, mas, às vezes, estas coisas se transformavam em coisas boas -, a CDU sabia ao que vinha e para o que vinha. Reafirmou o que disse na conferência de imprensa, ou seja que, enquanto fizerem o balanço – e são eles que o fazem, não são os outros – e entenderem que estarem a trabalhar neste executivo, com os vereadores do PS, é mais positivo para o concelho do que irem para a oposição, enquanto fizerem essa avaliação e acharem que assim é, vão estar até ao dia anterior às eleições; quando houver eleições assumirão, naturalmente que são dois projetos políticos diferentes: O PS tem o seu comportamento, a sua postura, as suas propostas, a sua maneira de trabalhar e as suas metodologias, e a CDU terá outra, mas, tranquilizou, se a CDU vier a ser poder em Tomar, não haverá ditadura nenhuma, toda a gente vai ser responsabilizada, como sempre disseram, haverá as reuniões que forem precisas; as metodologias serão outras porque, de fato, são parceiros nesta caminhada de quatro anos mas não vão fazer nenhuma fusão, nem andam aqui para se enganarem uns aos outros: O PS sabe o que a CDU pensa e a CDU também sabe o que o PS pensa, conhece os seus procedimentos e maneira de estar. Sublinhou que, na conferência de imprensa, disseram o que tinham a dizer, e reafirmam-no aqui, e que o faz rir essa questão dos controleiros que, às vezes, se quer por, porque, de facto, é muito



9

muito complicado arranjar um controlador para o Eng.º Bruno Graça; o comunicado que aqui está teve a sua participação e foi feito pela estrutura local da CDU (a pessoa nomeada limitou-se a trazer os comunicados), com a participação de todos, não foi nenhum comunicado que chegou aqui mandado pelo Comité Central, ou pelo Secretariado do Comité Central, ou pela Comissão Política do Comité Central, foi uma posição assumida pela CDU em Tomar, respeitada pelos dirigentes distritais (se calhar, os nacionais nem saberão que isso saiu). -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu que nunca o ouviram dizer que o Conselho de Administração do Hospital estava bem ou estava mal, mas acha que, pelo que conhece, uma gestão correta em termos económicos e financeiros, obrigava a reivindicar a questão do TAC (a não ser que ninguém saiba como funciona a imagiologia em Abrantes), e espera que seja uma realidade. Em relação ao que disse o Vereador Bruno Graça sobre o comunicado, só vem dar razão ao que pensa sobre a gestão autárquica em geral, que são as pessoas que corporizam a realidade de cada força política e que fazem a diferença: falou no Rosa Dias, mas podia falar no Custódio Ferreira, e também lidou muitas vezes com o António Ganhão, e sabe o que ele era, os anos que esteve em Benavente, e no Conselho Diretivo da ANMP; Disse que acha piada quando o Vereador Bruno Graça vem dizer que, se fosse poder, as coisas seriam diferentes e todos participariam porque, depois, a bota não bate com a perdígota, e, no caso do mercado, por exemplo, a realidade é que nunca foram chamados para discutir o processo do mercado antes de as decisões aqui serem trazidas; a realidade da CDU e a prática que demonstra este comunicado, e esta postura, não lhe deixa dúvidas que, se alguma vez fosse poder, isto seria muito complicado. Questionou se só a CDU podia fazer a avaliação da sua prática política, se os outros não podem e devem fazê-lo; em democracia, é assim que se faz; as pessoas vão fazer essa avaliação e, apesar da CDU tentar empolar e tentar arranjar bodes expiatórios – e vai fazê-lo até final do mandato – não se deixam convencer por isso. Referiu que a está à vontade para falar em reuniões semanais porque, no início dos mandatos, levanta sempre a questão porque, para os IpT é claro que as reuniões deviam ter essa periodicidade, para haver uma melhor participação de todos; acha piada que alguém diga que todos deviam participar mas defende reuniões quinzenais, para discutir isenções (mesmo essas, como já disse mais do que uma vez, são decididas pela Câmara, quando são dadas e quando não são dadas, e só têm vindo aqui aquelas que é para decidir isentar); não tem dúvidas, nem nunca teve, que a participação de todos é sempre melhor. Quer deixar claro que os IpT nunca obstaculizaram fosse o que fosse e que mesmo em relação à questão das eleições antecipadas que foi referida, no mandato anterior isso foi falado e pensado, e não é preciso nada disso que



foi dito, porque a cessação da delegação de competências da Câmara na Presidente não é motivo para haver eleições antecipadas, nem entende que tenham que dar explicações porque é que retiram uma proposta, não mais que as explicações que, muitas vezes, aqui foram dadas pelo Vereador Bruno Graça sobre as propostas do Mercado, concretamente quando colocou a questão da prorrogação por seis meses da cobrança de taxas, sendo que, nessas situações, a sua preocupação é a fundamentação das decisões que afetam as pessoas. Referiu que já se conhecem há muito anos e quando, há pouco, disse o que disse em relação à ditadura, teve em conta a realidade atual da CDU em Tomar; sempre defendeu que, nas autarquias, são as pessoas que corporizam e dão maior eficácia, ou não, aos projetos políticos que existem, sempre o defendeu e é por isso que está onde está, sem problema nenhum. Disse à Sra. Presidente que, como sempre, está disponível para discutir as questões da saúde sempre que o entenda, como sempre, bem como as questões sociais e do desenvolvimento económico; também gostava que, um dia destes, o Vereador Bruno Graça apresentasse um relatório sobre a atividade do Gabinete de Desenvolvimento Local e sobre o desenvolvimento local que tivemos nestes anos; hoje, não quer perder tempo com a Feira de Santa Iria e reserva a sua opinião para quando for apresentado o relatório mas a verdade é que foi à feira e sentiu-se triste, porque as recordações que tem da feira de Santa Iria não são aquelas.-----

O Sr. Vereador Rui Serrano apresentou o seguinte requerimento: -----

“Eu, Rui Miguel dos Santos Serrano, vereador atualmente em regime de não permanência, nos termos do disposto no artigo 53 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, após um mês do primeiro requerimento sobre o mesmo assunto venho novamente solicitar que seja divulgado no balcão de atendimento único e no portal do Município, que irei efetuar atendimento ao público nos dias da reunião de câmara após marcação prévia, no seguinte horário: das 10h00 às 13h00. -----

Solicito que, igualmente, seja disponibilizada uma sala para o efeito, no edifício dos Paços do Concelho. -----

Solicito também respetivo apoio de secretariado para as marcações prévias a realizar pelos Municípios. -----

Mais informo que este atendimento aos Municípios deverá ter início no mês de Novembro.”.-----

De seguida, o Sr. vereador Rui Serrano leu a seguinte declaração para a ata relativa à aprovação do ponto 3 da ordem do dia da reunião de 17 de outubro de 2016:-----

“Durante os últimos sete anos de funções executivas em Câmaras Municipais, sempre defendi que à mulher de Cesar não basta ser séria, tem de o parecer também. -----



g
/

Ao ler a ata da última reunião de Câmara sobre as intervenções dos vereadores Bruno Graça e Hugo Cristóvão, sinto a obrigação de referir um conjunto de factos que ajudarão a corrigir lapsos de memória, incorreções, imprecisões, que foram transmitidas a este órgão: -----
Desde o início do mandato que a suspensão do Plano do Açude de Pedra tem sido uma preocupação deste executivo, por causa da questão da legalidade do Parque de Campismo e da importância de enquadrar investimento privado, concretamente no que diz respeito ao património edificado da antiga Fábrica de Fiação. -----
Recordo uma reunião com um promotor, onde esteve presente a Sra. Presidente, o Vereador Bruno Graça e o Vereador Hugo Cristóvão; -----
Nesse sentido, estranho bastante que o vereador da coligação afirme agora desconhecer tal situação e que só recentemente foi confrontado com esta realidade; -----
Acordou-se, na mesma reunião, adoptar-se uma estratégia de que seriam os promotores a contratualizar a revisão do plano com o Município, o que traria benefícios financeiros e agilidade ao processo; -----
Foi apresentada em Reunião de Câmara a intenção do promotor em desenvolvimento de um projeto de investimento turístico e quais os passos que se seguiriam; -----
O promotor, após várias reuniões com os serviços técnicos da autarquia e com o meu directo acompanhamento, apresenta formalmente uma proposta para a contratualização no sentido de promover a revisão do plano, situação prevista na lei, ainda que e sempre com o acompanhamento da autarquia. Por motivos de enquadramento jurídico sustentado pelos serviços camarários, e por razões relativas às circunstâncias do promotor, não se encontrou legitimidade para que este pudesse avançar com tal operação. Ficou do lado do promotor encontrar solução e respectivo cabimento legal para que pudesse avançar com a contratualização; -----
Essa possibilidade não se veio a verificar, apesar dos esforços desenvolvidos via telefónica, e-mail, processo durante o qual o promotor se mostrou sempre interessado em avançar, mas sem nunca ter conseguido dar resposta ao solicitado: -----
No dia 8 de julho de 2016 tive conhecimento da presença da ASAE no Parque de Campismo Municipal de Tomar, através da Chefe de Divisão da Gestão Urbanística; -----
No mesmo dia aconteceu uma reunião com os dirigentes da CCDRLVT, relativamente à revisão do PDM, onde abordei forma de se avançar com a suspensão do plano; -----
Nesse mesmo dia, ainda, solicitei o apoio da equipa que estava a trabalhar na suspensão do



J.
A.

Plano do Flecheiro e Mercado, para a preparação do documento que suportava a fundamentação técnica da suspensão do Plano de Pormenor do Açude; -----
No dia 11 de Julho aconteceu uma reunião de coordenação do executivo, em que a Sra. Presidente transmite o risco do Parque de Campismo ser fechado, de imediato, pela ASAE e na qual prontamente entreguei documento à Sra. Presidente de Câmara, com uma proposta de suspensão do mesmo, para ser submetida a deliberação de Câmara no dia 18 de Julho; -----
No dia 13 de Julho, a Sra. Presidente entendeu que não se devia suspender o plano até acontecer a reunião solicitada à ASAE pelo Município (essa reunião foi agendada para Setembro, quando já não estava em funções); -----
No início de Setembro, o vereador que passou a ter o pelouro respectivo, telefonou-me a pedir a minha opinião antes da reunião da ASAE. Transmiti que, independentemente das questões que a ASAE iria colocar, era fundamental avançar com a suspensão do plano de imediato e dei nota da existência de um documento que a fundamentava, o mesmo que tinha apresentado em meados de Julho. Transmiti a urgência de reunir com a equipa que tinha acompanhado todo o processo. -----
No dia 6 de Setembro, em reunião solicitada pelo vereador Bruno Graça e Hugo Cristóvão, realizada no Município, sobre processos que estavam a decorrer sob a minha responsabilidade, abordou-se a questão do Parque de Campismo onde voltei a afirmar a minha posição sobre o assunto, o caminho que tinha que ser feito e alertei para o facto de que quanto mais tempo passasse, maiores seriam as limitações na resolução do processo, por estar a decorrer a revisão do PDM em simultâneo. -----
O Vereador Hugo Cristóvão, considerando a minha experiência e conhecimento técnico, perguntou-me quanto tempo previa para a resolução de uma situação destas e transmiti-lhe, que se tudo corresse como seria suposto, conseguíamos resolver o assunto em 4 meses. -----
O qual o Vereador Bruno Graça não se pronunciou sobre o mesmo. Mais uma vez manifestei que a única solução para legalizar o Parque de Campismo no espaço que ocupa actualmente, e onde eu defendo que se mantenha, era da forma que antes tinha apresentado. Outra solução implicaria que não se queira manter o Parque de Campismo ou que se lhe queira atribuir outra utilização. -----
Depois de tudo isto e considerando o tempo que passou, não existe conhecimento da solução que este executivo pensa encontrar para aquela valência. Por essa razão apresentei proposta que, lembro, foi aprovada por unanimidade. -----
Estes são os fatos que me importa relatar para o devido esclarecimento e enquadramento do



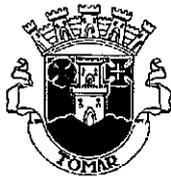
mesmo que não reste duvidas quando se poem em causa o trabalho e a responsabilidade de alguém que já partilhou o mesmo caminho. -----

Estes são os factos que devem ser confrontados com as afirmações proferidas e que, injustamente, puseram em causa, mais que o meu trabalho e o esforço no processo (obrigação da função que então desempenhava), a minha responsabilidade profissional e pessoal."-----

A Sra. Presidente recordou que o Sr. Vereador entregou os pelouros, mas não saiu do grupo do partido pelo qual foi eleito, pelo que o requerimento que apresenta deve ser feito ao Presidente do partido, dado que, como todas as forças aqui representadas, o PS tem um espaço de trabalho disponibilizado pelo Município. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que não quer ajudar o Vereador Rui a expor-se mais ao ridículo, mas tem que lhe dizer que está com falhas de memória, colocando-o, inclusivamente, em reuniões onde nunca esteve. Disse que reuniu a semana passada com proprietários e eventuais possíveis investidores, e respetivos técnicos, para espaços ou zonas que estão abrangidos pelo Plano de Pormenor do Açude, pessoas que não conhecia e com as quais nunca tinham estado; pelo que não é possível que o coloque nessa reunião onde diz que esteve, entre outras coisas que são ditas, e várias discordâncias que se escusa de referir, sendo certo que este caso é obvio, objetivo e fatural e mostra que a memória pode estar a falhar. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça disse que pretende encerrar o assunto por aqui, porque entende que as contradições de índole pessoal devem ser resolvidas noutra sítio que não a reunião de Câmara (por isso é que tem dúvidas que, no atual contexto, sejam precisas tantas reuniões para resolver os problemas de Tomar), mas não pode deixar de reafirmar tudo aquilo que disse, e mantém, ou seja: a suspensão do Plano de Pormenor do Açude foi falada nessa reunião com os empreendedores da Fábrica de Fiação mas não ouviu nunca que o parque de campismo dependia dessa alteração; esteve na reunião onde o empreendedor disse o que queria fazer naquela zona toda (até pensa que na proposta que apresentou o parque de campismo desaparecia, mas não tem a certeza) e onde se falou em ser o empreendedor a fazer esse trabalho de suspensão, mas não foi ali posta a questão que se isso não fosse feito o parque de campismo estava ilegal (na última reunião pediu desculpa por não saber, porque é um erro seu, como vereador, não saber, mas é a verdade). Salientou que só soube depois da ASAE cá ter estado, na tal reunião de coordenação, e que, na sua santa ignorância sobre estes assuntos de urbanismo, fazendo um raciocínio puro e simples do que aconteceu com a suspensão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, que permitia que as casas fossem



9
11

legalizadas, questionou porque é que não se suspendia o Plano de Pormenor, e disseram-lhe que demorava muito tempo e era preciso outra solução para já, porque iam fechar aquilo. Disse que, para si, este é um assunto encerrado, porque o concelho precisa é de resolver os seus problemas; não está disponível para estar aqui com este tipo de conversas. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia dez de outubro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e um de outubro de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e dez cêntimos (3.292.754,10€) em Operações Orçamentais, e cento e oitenta e sete mil, oitenta e três euros e três cêntimos (187.083,03€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 – VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ELEIÇÃO DO ENGENHEIRO ANTÓNIO GUTERRES PARA SECRETÁRIO-GERAL DA ONU -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara Municipal deliberou aprovar um voto de congratulação pela eleição do Engenheiro António Guterres para Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – CONTRATO DE URBANIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PLANO DE PORMENOR DOS PEGÕES -----

Foram presentes as informações n.ºs 9134/2016, 3400/2016 e 1022/2016 da Divisão de Gestão do Território, bem como a informação n.º 2837/2016 e parecer jurídico n.º 104/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta apresentada a 11 de junho de 2015 pelos proprietários dos terrenos englobados no Plano de Pormenor dos Pegões, para alteração dos pontos 3.1. da cláusula terceira, 6.2 da cláusula sexta e alínea b) da cláusula oitava do contrato de urbanização celebrado a 8 de maio de 2013, pelos fundamentos apresentados; -----

Foram presentes as informações n.º 9357/2016 da Divisão de Gestão do Território, e n.º 2965/2016 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta apresentada a 6 de outubro de 2016 pelos proprietários dos



2.
M

terrenos englobados no Plano de Pormenor dos Pegões, para revisão do já referido contrato, pelos fundamentos apresentados; -----

Foi ainda presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão: "Sabido que o Município tem todo o interesse na execução do Plano de Pormenor dos Pegões; -----

Que não terá disponibilidade financeira para expropriação e execução do mesmo; -----

Sabido que os promotores manifestaram e manifestam todo o interesse na sua execução, tendo apresentado nova proposta de contrato de urbanização; -----

Sabido que houve incumprimento contratual para iniciar a sua execução e que apesar de o órgão executivo, a título excecional, ter prorrogado o referido prazo; -----

Sabido que, mesmo assim, o incumprimento se manteve e que de novo os promotores requereram nova prorrogação; -----

Propõe-se o envio a reunião de câmara para deliberar: -----

1. O indeferimento do pedido de prorrogação por falta de enquadramento legal para o efeito; -

2. A rescisão unilateral do contrato, no âmbito da liberdade contratual; -----

3. A aprovação da nova minuta de contrato em anexo, nos termos propostos."-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações e parecer, deliberou:-----

1.- Indeferir o pedido de prorrogação por falta de enquadramento legal para o efeito. -----

2.-Aprovar a rescisão unilateral do contrato de urbanização celebrado a 8 de maio de 2013, no âmbito da liberdade contratual.-----

3.-Aprovar a minuta de contrato apresentada a 6 de outubro de 2016, nos termos propostos. -

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 03 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DOS SMAS DE TOMAR PARA O ANO DE 2017 -----

Foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS de Tomar para o ano financeiro de 2017, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 7.356.465,00€ (sete milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros), bem como o mapa de pessoal daqueles Serviços para o ano de 2017, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada a 4 de outubro de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter os referidos documentos a aprovação do órgão deliberativo, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de



junho. -----
Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto:” Não concordamos com um orçamento que não aposta na limpeza do concelho e no investimento dos bens necessários para o efeito.-----

Não aceitamos um orçamento elaborado à custa do aumento do preço da água, sendo que a maior rubrica das receitas correntes (98,16%) é a venda de bens e serviços correntes, correspondendo às receitas da exploração e que tem por base o modelo tarifado em 2015. ----

Não se compreende que apenas esteja previsto o montante de € 51.010,00, a título de receitas de capital, o que mostra a ausência de projectos e estratégia para o futuro dos SMAS. Não se compreende e não encontramos justificação para a previsão relativa ao aumento das despesas correntes. -----

Finalmente, nota-se que a maior parte das obras previstas estão dependentes de fundos comunitários, não havendo certeza quanto à realização das mesmas, dado que o financiamento não se encontra definido. -----

Por isso os vereadores do PSD abstêm-se.”.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 04 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente para atribuição de subsídio ao Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, no montante de 6.000€ (seis mil euros), para apoio às suas atividades estatutárias. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5946/2016, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista



g.
D

Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----

2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

N.º 05 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente para atribuição de um subsídio à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, no montante de 4.900€ (quatro mil e novecentos euros), para apoio às suas atividades estatutárias. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5947/2016, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----

2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

PROPOSTAS DO SENHOR VEREADOR RUI SERRANO: -----

N.º 06 – DESENVOLVIMENTO DE INCUBADORA DE EMPRESAS NA CASA DOS CUBOS – TOMARCRIATIVA -----



g.
A

Foi presente proposta apresentada pelo Sr. Vereador Rui Serrano, a qual, acolhendo a sugestão apresentada pelo Sr. Vereador João Tenreiro, passou a ter a seguinte redação: -----
"A Casa dos Cubos, edifício concebido originalmente como casa de armazenamento e contagem de produtos agrícolas, teve outras funções ao longo da sua história, acolhendo, como é conhecido, os escritórios da então prestigiada empresa Mendes Godinho. -----
Recentemente, a intervenção do Programa Polis, transformou o edifício da praça Alves Redol numa Casa dos Cubos, uma obra de arquitetura singular, premiada internacionalmente, pensada, e bem, para marcar a vida cultural e ambiental de Tomar. -----
A Casa dos Cubos tem um enquadramento privilegiado que lhe dá a localização à entrada do centro histórico de Tomar, na margem do rio Nabão, destacando-se na praça Alves Redol, ponto central da vida da cidade. Encontramos hoje, no espaço destinado em projecto ao Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), um espaço vazio onde acontecem ocasionais exposições e eventos temáticos esporádicos, acções descontextualizadas do propósito do edifício. Considero que situação limite a que chegou o uso aleatório deste espaço nobre de Tomar é a recente exposição de pássaros em gaiolas, no âmbito da Feira de Santa Iria. -----
No dia em que Torres Novas inaugura a sua Startup, hoje, 17 de Outubro de 2016, devo lembrar que as Incubadoras de empresas são modelos de desenvolvimento empresarial, que disponibilizam instalações, serviços administrativos e técnicos de apoio às empresas incubadas, facilitando também o acesso a um conjunto de entidades parceiras, como poderia ser o caso, no nosso território, do Instituto Politécnico de Tomar, da Associação Empresarial NERSANT, do Centro Tecnológico da IBM em Tomar, entre outras empresas privadas relevantes e a funcionar com sucesso na região. -----
Estas incubadoras são estímulos ao empreendedorismo, para o qual muitos olham com pouca esperança, mas que eu ainda vejo como um sistema essencial à dinâmica da criação e do desenvolvimento, que em Tomar encontra, não tenhamos dúvidas, um enorme potencial. ----
Contamos na região com os recentes exemplos, como já referi, de Torres Novas, de Santarém e da INSER – Incubadora de Ideias e Negócios da Sertã. -----
Assim sendo, proponho o desenvolvimento de uma incubadora de empresas, a funcionar na Casa dos Cubos, que podemos denominar TOMARCRIATIVA, com vista a envolver a comunidade empreendedora do concelho de Tomar, no caminho da inovação, contribuindo para a regeneração urbana, social e económica do concelho. Consolidando também os seus recursos e oferta cultural, criando memória e aspirações a uma renovada dinâmica Tomarense.



9
M

Objectivos da TOMARCRIATIVA: -----
Promover e estimular a criação e o desenvolvimento do espírito empreendedor e da sua concretização em projectos empresariais relevantes e oportunos para Tomar, de base criativa e inovadora; -----

Organizar iniciativas de identificação e atração de projetos e empresas inovadoras; -----

Disponibilizar às empresas infraestruturas de elevada qualidade e o acesso diversificado a serviços de apoio; -----

Estimular a cooperação entre empresas e entre estas e os parceiros; -----

A gestão e dinamização do espaço poderá ser efetuada pelo IPT, ao abrigo do protocolo de colaboração celebrado em 17 de Abril de 2014, entre o Município de Tomar e o Instituto Politécnico, dada a sua experiência no domínio do empreendedorismo e da gestão de empresas. -----

O suporte de acompanhamento ao empreendedor poderá decorrer com o apoio da Associação Empresarial NERSANT e com o parceiro privilegiado para o desenvolvimento tecnológico e inovação em Tomar, a IBM através do CENIT. -----

Na proposta que apresento ao executivo, consta ainda a instalação de um espaço destinado a cowork, no piso 0 do edifício, o qual prevê a criação de dez espaços individuais e secretariado de apoio. -----

Neste piso encontra-se ainda um espaço expositivo e de eventos, na vertente do empreendedorismo e na divulgação de empresas e produtos, assim como um espaço para a realização de acções de formação, palestras e seminários, com a abordagem de temáticas associadas à criação e gestão de empresas. No piso 1 proponho a criação de um gabinete de apoio ao empreendedor, que prestará assessoria às empresas residentes. Também aqui se localizaria um espaço para a realização de reuniões, quer para os empresários residentes quer para a NERSANT, no sentido desta acompanhar as empresas instaladas e de outros potenciais empreendedores, ao abrigo do protocolo celebrado.”. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e a abstenção da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Hugo Renato Ferreira Cristóvão e Bruno Vitor Domingos Graça, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “A atual proposta tem duas vertentes de análise: Primeira, que utilização dar à Casa dos Cubos? Segunda, queremos, ou não, o desenvolvimento de uma incubadora de empresas em Tomar? Quanto à primeira, aquela que é



g
A

a posição do atual executivo é que a Casa dos Cubos tem que estar ao serviço da cultura, de eventos e de exposições. Quanto à segunda, estamos de acordo com todos os restantes membros do executivo. No entanto, relembro que, como também está dito na proposta, ou foi falado durante a nossa discussão, o ideal seria junto ao IPT e, desde o orçamento de 2014, e está previsto no orçamento para 2017, segundo o qual já tive oportunidade de reunir com os Srs. Vereadores, também uma proposta (está aberta rúbrica) para um centro de valorização do conhecimento. Portanto, é nesse local que nós queremos desenvolver uma incubadora de empresas mais robusta. Não quer dizer que não existam outros locais para startups mais pequenos. Problema: ainda não existem financiamentos para podermos candidatar o centro de valorização do conhecimento. Aliás, foi partilhado há vários meses com os Srs. Vereadores a localização do mesmo e ficámos todos de acordo que seria em terrenos do IPT e, eventualmente, a comparticipação nacional ser assegurada em moldes ainda a acordar com o IPT. Quanto à forma de gestão da incubadora de empresas, é óbvio que o modelo que vem na proposta é um modelo interessante e deverá ser feito, primeiro aproveitando o Instituto Politécnico em Tomar (devemos fazer a ligação entre a Câmara, o IPT, a sociedade e as empresas à nossa volta); com a NERSANT, sem dúvida; e com outras entidades a aportar ao projeto. Agora, dizer também que o modelo que foi trabalhado com o Instituto Politécnico (compreendo a introdução e o aporte dado pelo Sr. Vereador do PSD) vem recentrar naquilo que era a questão, porque aquilo que estava a ser trabalhado era dar completamente a gestão ao IPT e isso nós não podemos concordar. Trabalhar em parceria sim, mas a gestão sempre partilhada com os vários intervenientes. Daí nos termos abtido. Concordamos com a incubadora de empresas, mas não vamos dispersar investimentos e o investimento que está a ser pensado é para a zona do Politécnico. E abtemo-nos, também, porque não concordamos que a mesma seja na Casa dos Cubos.”.-----

N.º 07 – REABILITAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA – ENQUADRAMENTO NO ÂMBITO DO PORTUGAL 2020 -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Rui Serrano: -----
“No seguimento do pedido de isenção de taxas de licenciamento de obras de conservação, limpeza e pintura exterior da Igreja de Santa Maria dos Olivais, pela Fabrica da Igreja Paroquial de Santa Maria dos Olivais, parece-me oportuno lembrar a existência do projecto de reabilitação e valorização de uma das mais relevantes jóias patrimoniais do concelho de Tomar, prolongamento na vila de baixo das acções do Infante D. Henrique e de D. Manuel I, no Convento de Cristo: a Igreja de São João Baptista. -----



Considerando que é o terceiro monumento com maior número de visitantes em Tomar, a seguir ao Convento de Cristo, comprovando o seu reconhecido e óbvio interesse cultural;-----
Tendo em conta, mais uma vez, a existência de um projeto de execução de reabilitação e valorização patrimonial concluído, para um imóvel de interesse nacional, assim classificado pela DGPC – Direcção Geral do Património Cultural; -----

Considerando a prioridade de reabilitação que deve ser dada ao património religioso e cultural classificado, exemplo que podemos tomar de municípios vizinhos;-----

Assinalando que a Igreja de São João Baptista se encontra mapeada e identificada pela DGPC, como um edifício de urgente intervenção, e que esta tem enquadramento nos objetivos do Quadro Comunitário Portugal 2020; -----

Proponho que seja deliberado:-----

- Enquadrar a reabilitação da Igreja de S. João Batista, de forma faseada, salvaguardando um património de valor inestimável, que é de todos os tomarenses, na revisão a acontecer no final do ano, pelos municípios que superarem os objetivos de concretização dos projetos em curso, no que ao financiamento comunitário diz respeito, e no âmbito da ITI - Intervenção no Território Integrada que foi contratualizado com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -
- Fasear a execução numa primeira fase num conjunto de intervenções urgentes ao nível estrutural, coberturas e impermeabilizações como também a instalação de esgotos pluviais estimado num valor global do conjunto de ações de acordo com o orçamento do projeto, em 450.000€." -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E 1 DE FEVEREIRO DE 2016 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados no final do mês de setembro e no corrente mês de outubro, pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas d) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; e pelo Vereador Hugo Cristóvão, ao abrigo das alíneas y), ss) e tt) do n.º 1 do referido artigo 33.º. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:-----

N.º 09 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA - ESTUDO



9
M

FUNDAMENTADO DE ESTACIONAMENTO -----

Foi presente a informação n.º 132/2016 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estudo fundamentado com a proposta de lugares de estacionamento do Centro Escolar de Linhaceira, nos termos do ponto 5.2. do artigo 23.º do RMUE, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o estudo fundamentado de estacionamento relativo à construção do Centro Escolar de Linhaceira, nos termos do ponto 5.2. do artigo 23.º do RMUE, conforme proposto na informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – PROJETO DE EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA -----

Foi presente a informação n.º 133/2016 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução do Centro Escolar da Linhaceira apresentado pelo atelier Rua-arquitetos, Lda. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o projeto de execução do Centro Escolar da Linhaceira, nos termos da referida informação, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 11 – PROJETO DE REABILITAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DE TROÇO DO AQUEDUTO DOS PEGÕES -----

Foi presente a informação n.º 5469/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de reabilitação e reforço estrutural de troço do Aqueduto dos Pegões, apresentado pelo Instituto Superior Técnico. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o projeto de reabilitação e reforço estrutural de troço do Aqueduto dos Pegões, nos termos da referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 – ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente, referente à informação n.º 5163/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a redução das tarifas das avenças livres e diurnas do parque de estacionamento do Pavilhão Municipal



g
M

Cidade de Tomar, a partir de 1 de novembro de 2016, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a redução das tarifas das avenças livres e diurnas do parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para vigorar a partir de 1 de novembro de 2016, nos seguintes termos, conforme proposto: -----

Tarifas		
Título de estacionamento	S/IVA (€)	Valor (€)
Avença 24h (validade de um mês) (todos os dias do ano)		
Ligeiro	40,65	50,00
Motociclo	20,33	25,00
Avença Diurna (validade de um mês) (todos os dias 8h às 20h)		
Ligeiro	20,33	25,00
Motociclo	10,16	12,50

O Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA EN110, TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA MARIA DE LOURDES MELLO E CASTRO/RIT (TOMAR) E O NÓ DO IC9 (VENDA NOVA) – revisão de preços -----

Foi presente a informação n.º 5418/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal os cálculos da revisão de preços da empreitada de remodelação/requalificação da EN110, no troço compreendido entre a Avenida Maria de Lourdes Mello e Castro/RIT e o nó do IC9 (Venda Nova) referentes a trabalhos a mais, com preços da proposta, e retificação dos autos, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos cálculos da revisão de preços, conforme informação que homologa.-----

Mais deliberou mandar liquidar a Construções J.J.R. & Filhos, SA o valor de 1.609,26€ (mil seiscentos e nove euros e vinte seis cêntimos), acrescida do IVA à taxa legal.-----

O Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----



9
11

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA EN110, TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA MARIA DE LOURDES MELLO E CASTRO/RIT (TOMAR) E O NÓ DO IC9 (VENDA NOVA) - Conta de empreitada corrigida -----

Foi presente a informação n.º 5417/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a correção da conta da empreitada de remodelação/requalificação da EN110, no troço compreendido entre a Avenida Maria de Lourdes Mello e Castro/RIT e o nó do IC9 (Venda Nova), pelos fundamentos apresentados. ----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a conta final da empreitada de remodelação/requalificação da EN110, no troço compreendido entre a Avenida Maria de Lourdes Mello e Castro/RIT e o nó do IC9 (Venda Nova), cujo valor corrigido é de 2.559.290,10€ (dois milhões quinhentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa euros e dez cêntimos), onde se inclui revisão de preços e o IVA correspondente. -----

Mais deliberou notificar o empreiteiro da conta de empreitada ora aprovada, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável. -----

O Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 15 –ATRIBUIÇÃO DO TOPÓNIMO RUA FONTE DE MARMELAIS DE CIMA A ARTÉRIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BATISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS)-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 57/2016 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, submetendo ao Executivo Municipal a proposta da Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, para reconhecimento da denominação de Rua Fonte de Marmelais de Cima, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou solicitar parecer à Comissão de Toponímia, nos termos do n.º 5 do artigo 2.º do regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 16 – OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM BILHETEIRA - isenção de taxas -----



9
11

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 3001/2016 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento das taxas administrativas devidas pela ocupação do espaço público com bilheteira, para venda de bilhetes para o 1.º Encontro de Estátuas Vivas que o CIRE promove no dia 21 de outubro de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Centro de Integração e Reabilitação de Tomar do pagamento das taxas administrativas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 17 - APOIO DOS BOMBEIROS AO CAMPEONATO REGIONAL DE SLALOM- Grupo Desportivo da Nabância -----

Foi presente a informação n.º 1386/2016 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela assistência dos Bombeiros ao Campeonato Regional de Slalom, no valor de 68,80€ (sessenta e oito euros e oitenta cêntimos), conforme solicitado pelo Grupo Desportivo da Nabância.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Grupo Desportivo da Nabância do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 18 – PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE 2016-2017 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1153/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Plano Municipal para a Igualdade 2016-2017, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o Plano Municipal para a Igualdade 2016-2017. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 19 - UTILIZAÇÃO DE COURTS DE SQUASH DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL – BARBUS, Clube de Squash do Vale do Tejo -----

Foi presente a informação n.º 1135/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a



9
↓

apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização de dois courts de squash do Complexo Desportivo Municipal, no dia 2 de outubro de 2016, para realização do Circuito Regional Absoluto da Região Sul, conforme solicitado por BARBUS, Clube de Squash do Vale do Tejo. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o BARBUS, Clube de Squash do Vale do Tejo, do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA – Associação Nacional de Artes Marciais -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1137/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Dom Nuno Álvares Pereira, nos dias 2 e 3 de novembro de 2016, para realização de Estágio Internacional de Karaté, conforme solicitado pela Associação Nacional de Artes Marciais.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação Nacional de Artes Marciais do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 21 – PROPOSTA DE TURNOS DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO DE TOMAR PARA 2017 -----

Foi presente a informação n.º 2954/2016 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, referente ao ofício 11315/UOFF da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, na sua redação atual, os mapas de turnos das farmácias do concelho de Tomar para o ano de 2017. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer favorável, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 22 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AMEGA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DE ÁGUA -----

Foi presente o ofício 116/16 do Conselho Diretivo da AMEGA, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a alteração aos estatutos da Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a alteração aos estatutos nos termos propostos e submetê-la ao órgão deliberativo, nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 109.º e do n.º 1 do artigo 108.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Presidente solicitou a permanência dos Srs. Vereadores por breves minutos após o término dos trabalhos. -----

Terminados os trabalhos, sendo dezassete horas e catorze minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

